

Percepções sobre o desenvolvimento e o protagonismo surdo de uma adolescente em processo de aquisição linguística da Libras

*Wilson Fernando Pereira da Silva*¹

*Cíntia Kelly Inês Freitas*²

*Nathália Barros Ferreira*³

Resumo

Os contextos da Educação de Surdos em escolas regulares demandam ações que valorizem a Libras, promovam o protagonismo Surdo e minimizem barreiras comunicacionais. Leis como a 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão, a 12.319/2010, que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS), e a 14.191/2021, que altera a LDBEN, asseguram o direito dos Surdos à educação bilíngue. Como destaca Strobel (2008), garantir esses direitos é essencial para a formação de sujeitos autônomos. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa com professores que atuam com uma estudante Surda em uma escola municipal de Viçosa-Minas Gerais. Conduzida por duas TILS e um Instrutor Surdo, a pesquisa coletou relatos sobre o impacto do contato da aluna com a Libras e seus pares Surdos. Foi realizado um Grupo de Discussão (GD), metodologia qualitativa que permite explorar tanto opiniões individuais quanto coletivas (Gaskell, 2002). Os resultados evidenciaram avanços na fluência em Libras, maior clareza na comunicação e uma postura mais ativa nas interações escolares, refletindo seu protagonismo e sua autonomia.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Protagonismo Surdo; Libras; Inclusão

¹Secretaria Municipal de Educação de Viçosa: Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima/MG; wfpsmc@gmail.com

²Secretaria Municipal de Educação de Viçosa: Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima/MG; cintia.librasedu@gmail.com

³Secretaria Municipal de Educação de Viçosa: Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima/MG; nbfrtrabalho@gmail.com

Abstract

The contexts of Deaf Education in regular schools require actions that value Libras, promote Deaf protagonism, and minimize communication barriers. Laws such as 10.436/2002, which recognizes Libras as a means of communication and expression, 12.319/2010, which regulates the profession of the Brazilian Sign Language Interpreter (TILS), and 14.191/2021, which amends the National Education Guidelines and Framework Law (LDBEN), ensure the right of Deaf individuals to bilingual education. As highlighted by Strobel (2008), guaranteeing these rights is essential for the formation of autonomous individuals. This article presents the results of a study conducted with teachers who work with a Deaf student in a municipal school in Viçosa (MG). Led by two TILS and a Deaf Instructor, the research gathered reports on the impact of the student's contact with Libras and her Deaf peers. A Discussion Group (GD) was used as a qualitative methodology, allowing the exploration of both individual and collective opinions (Gaskell, 2002). The results showed improvements in Libras fluency, greater clarity in communication, and a more active stance in school interactions, reflecting her growing protagonism and autonomy.

Keywords: Deaf Education. Deaf Identity. Deaf Blacks. Children's literature.

**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK:**



<https://youtu.be/4fUam0lBaug>



Introdução

Os contextos que permeiam a Educação de Surdos² dentro das escolas regulares demandam ações e estratégias que promovam a valorização da Libras e o protagonismo Surdo, bem como a minimização das barreiras comunicacionais para o desenvolvimento.

Podemos destacar leis que asseguram às pessoas Surdas o direito de serem atendidas por Tradutores e Intérpretes e Instrutores de Libras, como a Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão da

²O termo "Surdo" com inicial maiúscula é usado para aqueles que se identificam com o conceito de identidade e culturas surdas (perspectiva socioantropológica), enquanto o mesmo termo com letra minúscula é aplicado àqueles que continuam a manter a perspectiva clínico-patológica, que apresentam algum problema ou perda. Estas designações foram criadas pelo sociolinguista James Woodward (1972) e adotadas pelas comunidades surdas em todo o mundo (Gomes, 2014).

Comunidade Surda brasileira. Além disso, a Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras e a Lei 14.191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Como destacado por Strobel (2008), a garantia dos direitos linguísticos dos Surdos no ambiente escolar é fundamental para assegurar a formação de sujeitos autônomos e participativos.

Durante anos, a comunidade Surda lutou para que a Língua Brasileira de Sinais fosse reconhecida e para a criação dos cargos de Instrutor de Libras e Tradutor e Intérprete de Libras no âmbito da Secretaria Municipal de Educação na cidade de Viçosa-MG. Após esforço conjunto de líderes locais da comunidade e projetos ligados à Universidade Federal de Viçosa (UFV), foram criadas as leis municipais nº 2017/10, que reconhece a Libras como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Município, e nº 2539/16, que cria ambos os cargos.

A partir de então criou-se um processo seletivo público para os cargos criados: Instrutor de Libras, preferencialmente, Surdo e Tradutor Intérprete de Libras educacional. Assim iniciou-se um percurso de uma política pública educacional que tem colhido ótimos resultados. Esta equipe, liderada pela experiência e competência do Instrutor Surdo, trouxe conhecimento e informações para a Secretaria de Educação e, apoiados pelos programas da UFV e de outras instituições, produziram materiais, palestras e representaram o município em diversos espaços.

O Instrutor Surdo era alocado em uma escola municipal, que continha mais estudantes Surdos e apoiava a outras que tivessem alunos com surdez. É neste contexto em que o professor³ Surdo, ao visitar uma destas escolas se depara com um ex-aluno ouvinte que fizera um curso de Libras com ele. O aluno foi contratado pelo município para acompanhar uma adolescente matriculada no sexto ano do Ensino Fundamental, com a idade de 14 anos. Algumas pessoas que conviviam com a aluna afirmavam que ela não possuía capacidade cognitiva para aprender, justificando tal alegação pelo fato de ela não falar e ter sérios comprometimentos motores. No entanto, ele estava experimentando ensinar Libras como alternativa de comunicação para a estudante, então o professor Surdo começou a ter uma inserção no processo pedagógico desta aluna.

Ele observou que havia realmente muitas dificuldades a serem vencidas e muitos hábitos ruins apreendidos, principalmente, em relação à sua autoestima que foi construída na triste realidade de não poder se comunicar. Viveu a sombra de uma sociedade capacitista, que, por negligência e/ou ignorância, não a instru-

3 Fizemos a opção pela nomenclatura professor Surdo devido à formação deste, formado em duas licenciaturas e mestre em educação.

mentalizou para desenvolver seu potencial. O prognóstico dela entre os educadores e equipe da inclusão municipal era de que devido ao laudo de deficiência intelectual e motora a aluna não tinha muitas capacidades de aprender.

As atividades pedagógicas que fazia eram infantilizadas, desenhos, cópia de números, letras e não havia interação dela com os conteúdos que a turma estava estudando. Devido ao comprometimento motor era amparada para andar, para se deslocar e não participava das brincadeiras nas aulas de educação física, por demonstrar fragilidade e não entendimento das regras.

No entanto, embasado nos estudos sobre a aquisição da língua por Góes (2000), Quadros (1997), Quadros e Finger (2013) e na sua própria experiência de aprender a Libras tardiamente e de guiar outros Surdos neste processo, o instrutor Surdo pode apresentar um novo ponto de vista: a aluna tem a capacidade plena de aprender e se desenvolver, de aprimorar seu raciocínio lógico e de aprender Libras. Para que isso fosse possível, foram implementadas ações de modificação na estrutura pedagógica oferecida no próximo ano letivo.

No ano seguinte, foi respeitado o direito da aluna à instrução formal em Libras e ao acompanhamento de profissionais tradutores e intérpretes de Libras para mediação da comunicação no ambiente escolar. O professor Surdo, seria lotado para esta escola e permaneceria mais tempo em sala de aula com a aluna. Ele e as intérpretes envolvidas, junto a equipe pedagógica, fariam formações continuadas para o corpo docente da escola para ampliarem seus conhecimentos em relação às metodologias visuais. Os pedagogos adequaram o Plano Individual da aluna, PDI, às competências e habilidades dela, tendo em vista o seu déficit de conhecimento até aquele período. A família da aluna foi comunicada e concordou com as mudanças para o ano seguinte.

Antes de relatar a pesquisa feita é importante situarmos a qual concepção da Surdez defendemos. Historicamente as pessoas Surdas foram muito estigmatizadas e enfrentaram o descrédito e o preconceito de uma sociedade que privilegia a língua oral em detrimento a língua manual. Na busca pela história dos Surdos Moura (1997); Lopes (2004); Strobel (2009) encontraram citações que destituíram estas pessoas de terem alma, de serem ineducáveis e de que eram consideradas subalternos e inabilitadas de usufruírem de direitos.

No prosseguir das pesquisas advindas da área dos Estudos Culturais, Raymond Williams (conceito de subcultura), Richard Hoggart (cultura popular) e Stuart Hall (identidade de raças) estes estudos contestatórios dos padrões universais de normalidade e identidade chegam de forma mais significativa no Brasil somente nos anos de 1980 (Patrocínio, 2017). Os mesmos perceberam que houve duas concepções da surdez que marcaram todos os empreendimentos em relação

à esta área. De acordo com Skliar (2010), a primeira, clínica/terapêutica, deriva do conceito de surdez, como uma falta a ser restituída. Devido a este pensamento, por muitos anos a sociedade esteve influenciada pela medicina, preocupada com a padronização dos indivíduos Surdos ao padrão ouvinte.

O processo de busca da normalização visava fazer com que os Surdos se tornassem oralizados e os mais parecidos com “os normais” (ouvintes e falantes). Investimentos em próteses auditivas, aula de treinamento orofacial para leitura de lábios e consequentemente uma educação restrita, muito focada nestes princípios, era oferecida a este público. A diferença era vista como algo a ser superado sem cogitar que a diferença pode viabilizar uma outra forma de ser. Falar em sinais, não ouvir, perceber é também uma possibilidade se Ser e protagonizar sua história. E foi a partir deste novo pensamento que surgiu uma segunda concepção, a qual nos servimos neste trabalho. Esta passou a conceber a surdez como uma diferença linguística que compõe seres visuais que percebem o mundo ao redor deles por meio dos sentidos que possuem integralmente.

É a concepção socioantropológica que ressalta a língua de sinais, visuoespacial (Ferreira Brito, 1995; Quadros e Karnopp, 2004) a cultura construída por estas pessoas para se adaptarem ao mundo (Perlin e Strobel, 2006), a história de vida, a importância do encontro Surdo-Surdo e as possibilidades de trocas significativas na constituição de identidades através da língua.

Partindo desta concepção retornamos aqui o relato da pesquisa feita: esta pesquisa foi realizada numa escola municipal de Viçosa-MG. os pesquisadores envolvidos são um professor Surdo e duas Tradutoras e Intérpretes de Libras que apoiam a vida escolar de uma estudante Surda, cursando o sétimo ano do Ensino Fundamental no ano de 2024. Ela cursa o período integral, permanecendo na escola de 7h às 16h30. A pesquisa teve como objetivo colher relatos dos profissionais que presenciaram o processo anterior e posterior ao contato da aluna com a Libras e seus pares Surdos.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com professores de diferentes áreas, que atuam diretamente com uma estudante Surda, almejando colher relatos desses profissionais que presenciaram o processo anterior e posterior ao contato da aluna com a Libras e seus pares Surdos.

Metodologia

Propôs-se no início do semestre que estas seguintes ações fossem implementadas e assim ocorreu:

- Formação dos educadores: Em uma reunião pedagógica os pesquisadores ministraram uma palestra intitulada: Tenho um aluno Surdo, e agora? Neste momento explanam sobre a concepção socioantropológica da Surdez; mostraram os direitos linguísticos dos Surdos; apresentaram a função dos Tradutores e Intérpretes educacionais e do professor Surdo dentro da escola; as legislações federais e municipais vigentes; apresentaram estratégias visuais para ministrar um conteúdo a um aluno Surdo e tiraram dúvidas. Ao final entregaram aos participantes uma cartilha para a consulta ao longo do ano.
- A aluna passou a ter aulas de Libras, com o professor Surdo no contraturno;
- A turma também teve aulas periódicas de Libras, em momentos cedidos pelos professores regentes das disciplinas regulares.
- As aulas começaram a ser interpretadas em Libras utilizando, quando preciso, instrumentos tecnológicos, explicações, com imagens e vídeos para garantir a compreensão da aluna até se familiarizar com os sinais ensinados;
- A aluna era desafiada a fazer atividades pedagógicas que condizem com o assunto trabalhado com a turma cujo tema foi interpretado na aula. As atividades eram visuais e exigiam mais concentração e raciocínio lógico dela;
- Os professores começaram a inserir a aluna no andamento da aula. Fazendo perguntas à mesma e dando oportunidade dela se expressar em Libras;

No segundo semestre do ano letivo em questão, após tais alterações serem efetivadas, foram feitas duas reuniões entre os professores e equipe pedagógica da escola conduzida pelos pesquisadores. Uma no fim do primeiro semestre, outra no segundo. Foram realizados Grupos de Discussão (GD), ferramenta de natureza qualitativa, que possibilita a verificação de hipóteses a partir da interação entre os participantes através de perguntas geradoras, que possibilitam percepções mais ricas e diversas sobre o tema estudado. Segundo Gaskell (2002, p. 23), “os grupos de discussão permitem explorar não apenas as opiniões individuais, mas as interações que promovem a expressão das opiniões coletivas”.

As perguntas formuladas e feitas aos professores objetivaram entender se houve, e quais foram as mudanças e evoluções percebidas no perfil da aluna. As questões foram as seguintes: (i) Quanto tempo você trabalha com a aluna? (ii) Em

relação às habilidades sociais houve mudanças no comportamento da aluna até a presente data? Quais? (iii) Em relação à disciplina em que você trabalha, relate se houve algum avanço da aluna neste período.

Resultados e Discussões

Os resultados evidenciaram o aprimoramento da fluência em Libras. O uso da Libras, cotidianamente, pelas Tradutoras e Intérpretes foi crucial para o desempenho do desenvolvimento linguístico. É importante frisarmos que a competência técnica do profissional tem grande impacto neste contexto. Nesta fase de aquisição tardia da Libras é importante que a língua seja vista para que haja ampliação do vocabulário e que todos os interlocutores tenham conhecimentos efetivos da língua, para que ocorra uma boa compreensão dos discursos. Estes vão sendo compreendidos na medida que a língua é utilizada. Assim, toda a rotina da aluna era sinalizada e a turma também foi incentivada a se comunicar em Libras com ela: a maior clareza na exposição de suas ideias e uma postura mais ativa nas interações, tanto com colegas quanto com professores.

Os professores relataram terem percebido que a aluna participava dos assuntos tratados na aula usando sua primeira língua (L1) e os intérpretes faziam a tradução para a Língua Portuguesa. Antes, a aluna pouco participava da aula e eles não sabiam como acessar o aspecto cognitivo dela.

De fato, a aluna foi privada de desenvolver uma língua e a falta dela resultou em muitos prejuízos de compreensão e na produção do conhecimento.

A expressão “privação de linguagem” tem sido usada para todos os casos em que adultos privam crianças surdas de acesso à língua de sinais, mesmo quando elas são expostas de alguma forma à língua falada (por exemplo, por meio de intervenções médicas e/ou fonoaudiológicas) também mencionam efeitos de ordem psicossocial, pois a privação pode causar inquietações, tristeza, revolta, comprometendo as interações do ponto de vista social, assim como problemas para a constituição da identidade do ser surdo. (Quadros, Machado e Silva, 2025, p. 185).

Porém, a aquisição da língua de sinais, mesmo que tardiamente e ainda em processo, traz uma potente fonte de construção de pensamentos e de interação social. O encontro com o professor Surdo, habilitado, que intencionalmente usa de estratégias facilitadoras para o ensino natural da Libras expande o aprendizado da aluna. Em sala de aula, nos momentos livres e nos eventos da escola o ensino foi acontecendo naturalmente e de forma satisfatória.

A cultura Surda foi incorporada na escola, e uma das expressões dela foi a criação

de sinais para os colegas de classe e para os professores. O dia da Libras e o Setembro Azul foram comemorados com diversas atividades relativas ao orgulho de ser Surdo e à inclusão. Perlin e Strobel (2006) afirmam que o encontro surdo-surdo representa a possibilidade de trocas de significados e a representação social tão importante para a construção da autoimagem positiva vai sendo construída. Estes são os momentos em que constroem trocas efetivas e de interação com o outro semelhante.

Além disso, os colaboradores da pesquisa relataram que a aluna passou a se posicionar com mais segurança nas atividades escolares, refletindo seu crescente protagonismo e autonomia.

Silva (2022) referiu-se a Freire (1996) quando discutiu sobre a construção da autonomia dos educandos:

Uma pedagogia que busca consolidar a autonomia parte da vida dos seus estudantes, em experiências que estimulam a decisão e a responsabilidade, respeitando suas histórias. Assim, essa liberdade de construção vai tomando o espaço da dependência. Nesse sentido, o/a aluno/a Surdo/a precisa ver quais diferenças entre Surdos/as e ouvintes e as diferenças entre as duas culturas (p. 27).

Assim, entendendo a sua diferença, por meio da língua sinalizada, a aluna pode se manifestar, expressar suas dúvidas e emitir suas opiniões que antes eram inacessíveis a ela. O modo de lidar com ela, questioná-la, oferecer desafios através da Libras desconstrói uma relação de dependência anteriormente internalizado pelo contexto já relatado da aluna.

Por fim, foi realizado um relatório com os resultados compilados a fim de compartilhar com a comunidade escolar e comunidade surda.

Considerações finais

Frente ao exposto, consideramos que a aluna teve grande avanço cognitivo após o uso da Libras como meio de comunicação. O ambiente linguístico proporcionou interação social e desenvolvimento pessoal dela. Ressaltamos a importância do trabalho dos profissionais especializados nesta área, que propuseram e atuaram sobre as mudanças necessárias. Os fios tramados pelo encontro Surdo-Surdo, a mediação dos Tradutores e Intérpretes de Libras e as ações colaborativas de todos os agentes formativos da escola foram fundamentais para este processo.

Sem dúvidas a trajetória escolar desta aluna tomou novos rumos a partir destas ações. Ainda há muitos desafios a serem vencidos, mas se houver a continuação do trabalho, em breve ela poderá recuperar os conhecimentos perdidos, avançar em habilidades sociais, cognitivas e continuará protagonizando sua maneira de ser.

Referências

- BRASIL, Diário Oficial de União (2005).** Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril, 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma gramática de línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FERNANDEZ, Thaís Almeida Cardoso, et al. Olhares Sobre a Educação de Crianças Surdas: Sala de Aprendizagem Bilingue e Projeto BioLibras. Revista ELO - Diálogos em Extensão Volume 06, número 01 - abril de 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais.** Em M. W. Bauer & G, 2002.
- GASKELL, G. (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes (Original publicado em 2000).
- GOMES, Maria do Céu. **A Reconfiguração Identitária e Política da Surdez.** Intermédio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 20, n. 39, 2014.
- MOURA, Maria Cecília de. **História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais.** In LOPES FILHO, Otacilio de C. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.
- PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. **Estudos culturais, diferença e surdez: uma leitura teórica.** Periferia, v. 9, n. 1, p. 130-153, 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/28946/20722>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- PERLIN, Gladis T. **A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais (ILS).** ETD: Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 136-147, 2006.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos.** Florianópolis, 2006.
- QUADROS, R.M; KARNOPP L.B. **Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS; FINGER, I. **Aquisição da Linguagem.** Florianópolis: Editora UFSC, 2013. Roca, 1997.
- SILVA, Wilson Fernando Pereira da. **A sequência didática “quem sou”, “onde estou” e “como estou” (os cinco sentidos) no Projeto de Extensão BioLibras/UFV a partir do olhar da Pedagogia Surda.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/0aa36e5a-ced1-4bb1-8096-42c52aa70f4b/content>. Acesso em: 28 jun 2024.
- SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2010.
- STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis: UFSC, 2009.
- WOODWARD, J. **Implications for sociolinguistic research among the deaf.** Sign Language Studies, v. 1, p. 1-7, 1972.